

O CEARÁ E SEU ALGODÃO

NATANAEL CORTEZ

O Ceará, apesar de ser o maior produtor de algodão do Nordeste, já perdeu o lugar privilegiado de primeiro extortador direto dêsse produto para os mercados consumidores do país e do estrangeiro. Fortaleza está ameaçada de perder o ritmo de progresso e embelezamento que a tem caracterizado, nestas últimas duas décadas, e de perder, destarte, o título de “loura desposada do sol”, para tornar-se a fidalga mendiga e esquecida do Brasil, a recordar, nas cinzas de sua desventura, as glórias de um passado que não voltará. Não vejo, pois, risonho o amanhã desta Fortaleza de todos nós querida, que já não é, ainda que é a Fortaleza de Matias Beck.

As leis econômicas possuem um certo imperativo materialista a que se condicionam, em termos relativos, o progresso e o bem estar do indivíduo e das coletidades. Mas êsse imperativo, não sendo absoluto, pode ser contornado. E procurar contorná-lo, no caso vertente, é tarefa que se impõe ao poder público, com a cooperação de todos os cearenses de boa-vontade, sem exclusão dos intelectuais da Academia Cearense de Letras.

O algodão pesa sobremodo na balança da economia do Ceará. Pesa mais que a cêra de carnaúba, que a oiticica, que a castanha de caju, que a mamona, que couros e peles. Somos o segundo Estado na estatística do algodão brasileiro.

A preciosa malvácea fornece matéria prima para as princi-

pais indústrias do Estado, fertilizante para os campos e alimento para os rebanhos.

Para o homem, além de roupa, proporciona carne, leite e gordura.

O nosso algodão é a moeda de mais ampla circulação no Ceará. É a moeda que sai do guiché dos Bancos e vai à ponta do lenço do mais pobre agricultor. É a principal fonte de nossa riqueza pública e particular. É tesouro comum a todos os cearenses.

A posição do Ceará no mercado algodoeiro do Brasil é bem destacada, já pelo volume de produção, já pela qualidade do produto, e ainda pela capacidade da terra e do homem para duplicar e mesmo triplicar essa produção em futuro próximo.

Até 1932, as sobras do consumo interno do algodão do Ceará eram exportadas pelos portos do Estado especialmente pelo de Fortaleza, para as fábricas do Sul e para o além mar. A Transnordestina, aberta ao caminhão em 1933, início da fase de civilização do caminhão no Nordeste, traçou novo rumo ao comércio algodoeiro do Ceará. Campina Grande se tornou o centro de gravidade do comércio do sul do Estado e o maior mercado de algodão do Nordeste. Gozava de maiores facilidades bancárias. Podia abastecer o mercado consumidor até a Bahia, via terrestre, com a vantagem de vender algodão, em sacas frouxas, às fábricas consumidoras. O caminhão que transportava o algodão cearense para fora do Estado passou a abastecer todo o Cariri de mercadoria que obtinha nas praças onde despejava o algodão. A rica zona do sul do Estado, considerada o celeiro do Ceará, ficou, comercialmente, desligada de Fortaleza.

A Guerra nº. II agravou a situação com desvantagem para o Ceará.

Os exportadores de Fortaleza, privados do transporte por mar, recorreram também ao mercado paraibano, não podendo, entretanto, concorrer com os senhores da terra já ali estabelecidos.

Duas grandes companhias algodoeiras internacionais que se haviam instalado no Ceará, centralizadas em Fortaleza, trans-

feriram para Campina Grande o centro de suas atividades. O pôrto do Recife lhes oferecia maiores facilidades à exportação para o exterior.

O Ceará pode produzir, em invernos regulares, cêrca de 90 mil toneladas de algodão em rama, ou sejam 30 mil em pluma e 60 mil de sementes.

As nossas fábricas de tecido consomem uns 20% dessa produção de pluma. Aproximadamente 70% se escoam via Campina Grande.

O mercado exportador de algodão de Fortaleza sofre como que um colapso. Os sintomas da crise afetarão, mais cedo ou mais tarde, a nossa civilização citadina.

O surto de riqueza e progresso que Fortaleza vive hoje resulta de causas fortuitas e diversas, do após guerra, como sejam a inflação do cruzeiro e a valorização postiça de determinados produtos.

Não se deve também olvidar a contribuição do intercâmbio comercial com os Estados do Norte, intercâmbio criado pela lei da necessidade e das compensações, e ainda pela civilização do caminhão, êsse bandeirante do século XX. Com o intercâmbio mais acentuado com o Maranhão e Piauí, Fortaleza se compensa, em parte, do que perdeu na esfera do mercado exportador do algodão.

Sem o controle, sem a liderança, porém, do comércio algodoeiro, principal fonte de nossa riqueza comum, o atual progresso material de Fortaleza assenta em base escorregadia.

Tôdas as fôrças vivas do Estado devem articular-se a fim de prevenir o futuro de nossa bela capital. Fortaleza deve retornar à sua posição de outros tempos na exportação do seu ouro branco.

O bom senso aconselha o novo rumo a seguir para prevenir a crise que a ameaça.

Conclusão dos serviços e aparelhamento do Pôrto do Mucuripe. Transporte ferroviário.

Reconquista dos mercados perdidos dentro e fora do país.

pelo barateamento do produto, alcançando-se, assim, a paridade de preços do mercado internacional.

Esfôrço em conjunto das classes produtoras e do Govêrno para o aumento da produção e consequente barateamento do seu custo, pela mecanização da lavoura algodoeira do Estado.

Os exportadores de Fortaleza, que ora vêm o seu comércio de algodão reduzido, devem organizar-se e fazer a cultura do algodão em larga escala, a exemplo do que se pratica em outros países algodoeiros. Será o caminho mais curto para o aumento da produção e o barateamento do produto, o que os habilitará a reconquistar os mercados europeus perdidos.

Devem ser criadas novas indústrias de tecidos, ou ampliadas e melhoradas as ora existentes.

Melhor aproveitamento dos subprodutos do algodão.

O caroço deve ser industrializado nas fábricas dentro do Estado.

O caroço de algodão é adubo para as terras e alimento para os rebanhos. Transforma-se em carne e em leite, alimentos para o homem. O óleo é gordura para a mesa e cozinha.

O Ceará precisa beneficiar-se mais dos frutos de sua riqueza algodoeira, explorando todos êsses seus subprodutos.

A terra e o homem são os dois pilares da riqueza pública e particular em tôdas as civilizações. Na discussão dos temas econômicos, impõe-se que se considere a terra como a fonte primária da riqueza. Mas não se pode isolar a terra do homem. Êste, tirado da terra, e que dará à terra o seu invólucro material, depende da terra. Representa a máquina nº. 1 do cultivo da terra. E não podemos separar o homem que cultiva a terra do homem que transforma o fruto da terra. O agricultor e o industrial dependem um do outro. O primeiro tira a substância da terra. O segundo transforma essa substância para o próprio agricultor utilizar, já agora no caráter de consumidor. Entre o industrial e o consumidor está o trocador, o comerciante, que é o distribuidor do produto manufaturado. Quanto maior é o poder aquisitivo do

consumidor mais se valoriza o fruto da terra, o produto da máquina e o braço do homem.

Os órgãos de financiamento da produção são modalidades da ação do homem como trocador ou comerciante.

Os sistemas de tributação dos produtos da terra em espécie ou industrializados integram as atividades do homem no seu *habitat*.

Os poderes públicos representados pelo Legislativo, Judiciário e Executivo, inerentes aos sistemas democráticos de governo, existem para regulamentação dessas variadas atividades do homem com relação à terra.

O homem foi criado com direito à liberdade e com direito a procurar viver feliz. Os governos se constituíram para lhe assegurarem esses privilégios. (Do Prefácio da Declaração da Independência dos Estados Unidos da América do Norte).

A situação da lavoura algodoeira do Ceará está a reclamar as atenções da Administração do Estado, com quem devem sintonizar os homens dos campos e das cidades, dos laboratórios e das academias.

Fortaleza, a cidade noiva de hoje, desposada do sol e do mar, deve continuar a ostentar suas ricas vestes nupciais, resplandecentes como as suas noites enluradas, brancas como a areia de suas praias, alvas como a pluma do algodão mocó do Ceará.